

"O Combate à Excisão Ainda Não Está na Lista das Prioridades Políticas"

Entrevista com Emma Bonino

Público (Lisboa) Sexta-feira, 27 de Dezembro de 2002

O combate à mutilação genital feminina deve ser uma prioridade política e é um dever moral para quem se preocupa com os direitos humanos, defende a eurodeputada italiana. Sem apontar o dedo e sem cair no relativismo multicultural. Por Sofia Branco/PUBLICO.PT, em Bruxelas

Eliminar a mutilação genital feminina (MGF) do planeta passa pela prevenção e pela vigilância, diz Emma Bonino. Promotora da conferência de dois dias sobre o tema, que decorreu recentemente em Bruxelas, a presidente do Partido Radical italiano promete continuar a ser a voz, no Parlamento Europeu, das mulheres que vivem de perto com a excisão feminina.

PÚBLICO - O que podem fazer os Estados que acolhem imigrantes oriundos de países onde a mutilação genital feminina é praticada para os persuadir a mudar?

EMMA BONINO - Esses Estados têm de apoiar as pessoas que, dentro dessas comunidades, são contra a mutilação. É muito importante encontrar essas pessoas e normalmente elas existem. É uma questão de estar atento. É preciso contactá-las, fornecer-lhes apoio político, técnico e financeiro. Por exemplo, permitir-lhes que organizem este tipo de conferências.

P - Como devem os países de acolhimento agir face à excisão?

R - O importante é que o país de acolhimento considere este assunto como prioritário no âmbito da sua política de integração. O combate à MGF, assim como o casamento arranjado e a poligamia ainda não estão na lista de prioridades políticas. Por um lado, não se pode apontar o dedo a estas comunidades, mas, por outro, não se pode cair no relativismo multicultural. Ao mesmo tempo, os países de acolhimento devem ser firmes, dizendo que este tipo de tradições são violações dos direitos humanos e que não permitem que elas ocorram nos seus territórios. Os direitos humanos não têm fronteiras e, portanto, também devemos lutar para que essas práticas deixem de existir nos países de origem destes imigrantes. Mas o que é certo é que não podemos permitir que ocorram nos nossos países.

P - A quem cabe a responsabilidade de abordar estas comunidades?

R - A todos nós. É necessária uma estratégia multidisciplinar, desde a lei ao ensino e à medicina, passando, por exemplo, pelas figuras públicas, que os jovens admiram e têm muito em consideração, muito mais do que qualquer político. Os Governos devem localizar as mulheres disponíveis para fazerem campanha e apoiá-las politicamente. O que precisamos é de uma política de prevenção e de vigilância. Não sabemos se, quando, como e quantas mulheres são afectadas pela mutilação genital

feminina nos nossos países. Se não conhecemos o problema, não podemos, obviamente, elaborar uma política.

P - Qual o papel específico dos políticos neste combate?

R - Estar do lado destas mulheres. Elas não podem falar no Parlamento Europeu, mas eu posso. Na minha instituição, posso ser a voz delas. Nos Parlamentos nacionais, elas ficarão nas galerias, mas os políticos podem ser a voz delas. Os políticos podem fazer uma série de coisas, a nível local, nacional, europeu. Esta conferência foi organizada por nós, porque tínhamos as capacidades técnicas necessárias para o fazer. Mas elas sentem que é a conferência delas.

P - Foram lançados muitos apelos à comunicação social durante esta conferência. Mas o acesso que estas pessoas têm à informação é reduzido...

R - A imprensa escrita tem uma margem de manobra reduzida, mesmo nos países da Europa. A televisão tem muita importância. Nos países africanos, o meio mais eficaz é a rádio, a emissão local, no dialecto de cada comunidade. O papel da comunicação social é fazer o "follow up", falar com os Governos, exigir medidas. Os jornalistas não são credíveis para essas comunidades, mas podem ser credíveis para os Governos.

P - Podemos dissociar a MGF do contexto alargado dos direitos civis?

R - É preciso reconhecer o contexto, mas há coisas que podem ser feitas já. Se esperarmos pelo dia em que viveremos em democracia, sem pobreza e sem analfabetismo, adiamos tudo para a eternidade. Particularmente quando existem pessoas que vivem com essa realidade e já a combatem e querem eliminá-la. É a luta delas, com o nosso apoio e a nossa entrega. Uma somali dizia-me há dias: "Estou desesperada. Quando estava na Somália, era pressionada pelo meu pai. Vim para a Europa, onde é suposto prevalecer a lei e a democracia, e ninguém levanta a voz, em nome do relativismo multicultural. Era oprimida lá, porque fui contra a tradição, e continuo a ser oprimida aqui, porque aparentemente se respeita a tradição. Para onde tenho de ir para poder ser um ser humano? Ou, por ser somali, o meu destino é ser oprimida em todo o lado?"

P - Defende um reforço das actuais leis, gerais ou específicas, que penalizam a mutilação genital feminina?

R - A legislação existente é suficiente. O problema são as medidas de acompanhamento da lei e as prioridades políticas. Não muda nada haver uma sentença de dez ou de cinco anos. A questão é a eficácia da lei e as medidas sociais que devem acompanhá-la.

P - Num dos seus discursos durante a conferência, lançava uma série de questões, nomeadamente sobre quem deve ser penalizado e responsabilizado. Qual é a sua resposta?

R - Os criminosos são todas as pessoas que acham que os direitos humanos são uma opção que pode ser discutida ao domingo, mas depois durante toda a semana voltam para os seus "assuntos sérios". São as pessoas para quem os direitos humanos são uma questão marginal, destinada a activistas que não se preocupam com a realidade.

P - O que quer dizer quando afirma que a tradição pode ser combatida com a criatividade?

R - Uma lei punitiva não chega, podendo-se encontrar outras sinergias. Lembro-me que quando apresentámos o projecto do portal www.stopfgm.org a reacção foi dizerem que em África as pessoas não podiam usá-lo. Claro que não estamos a tentar chegar às aldeias, mas estamos a dar mais poderes a algumas pessoas em África. Para nós, é um instrumento fundamental para reunir informação e estar em contacto.

P - Num artigo publicado no "Herald Tribune" [10/12/2002], o director executivo da Human Rights Watch, Kenneth Roth, afirmava que, apesar da política externa da União Europeia se ter tornado mais coerente, no campo dos direitos humanos a sua voz tem enfraquecido. Concorda?

R - De certa forma. A preocupação com os direitos humanos nunca foi muito brilhante ou consistente, é uma política relativamente recente. Acho que em nome do terrorismo estamos a tornar-nos mais brandos em relação aos direitos humanos.

FRASES

"Se esperarmos pelo dia em que viveremos em democracia, sem pobreza e sem analfabetismo, adiamos tudo para a eternidade"

"O que precisamos é de uma política de prevenção e de vigilância"

"Os criminosos são todas as pessoas que acham que os direitos humanos são uma opção que pode ser discutida ao domingo"

"A preocupação com os direitos humanos nunca foi muito brilhante ou consistente"

© 2000 PÚBLICO Comunicação Social, SA

Emails: Direcção Editorial - Webmaster - Publicidade

Parlamento Europeu Une Esforços para Eliminar a Mutilação Genital Feminina

Por **SOFIA BRANCO**/PUBLICO.PT, em Bruxelas

Público (Lisboa) Sexta-feira, 27 de Dezembro de 2002

Eliminar a mutilação genital feminina e unir esforços no combate às práticas tradicionais nefastas foram os objectivos que uniram uma centena de especialistas e observadores durante dois dias no Parlamento Europeu. Ao mesmo tempo, foi lançada uma campanha mundial de recolha de assinaturas

Activistas dos direitos humanos, de várias origens e culturas, reuniram-se na semana passada em Bruxelas para lançar uma campanha mundial contra a mutilação genital feminina. Durante dois dias, uma plateia essencialmente feminina debateu o problema e comprometeu-se a unir esforços para banir a prática, comum em cerca de 30 países africanos e que afecta anualmente dois milhões de mulheres e crianças.

Promovida pelas organizações não governamentais italianas Associazione Italiana Donne per lo Sviluppo (Aidos) e No Peace Without Justice (NPWJ) e pela Tanzania Media Women's Association (Tamwa), a conferência juntou activistas africanas e europeias que vêem o combate à excisão feminina como uma questão prioritária na defesa dos direitos da criança e da mulher.

"Prendemos as nossas crianças e mutilamo-las. Mutilamo-las em nome de uma tradição que alguém meteu na cabeça que tinha de ser praticada e que não tem quaisquer benefícios materiais, morais, religiosos e humanos", sentenciou Edna Ismail, ministra dos Assuntos Familiares e do Desenvolvimento Social da autoproclamada República da Somalilândia.

Lançando duras críticas àqueles que vêem a excisão como "um problema africano", para o qual defendem "soluções africanas", a eurodeputada italiana Emma Bonino contestou que os direitos das mulheres "não têm limitação geográfica nem fronteiras, devendo preocupar todas as pessoas".

Além disso, corroborou Daniela Colombo, presidente da Aidos, a mutilação genital feminina começa, com a imigração, a alastrar-se aos países europeus e "as sanções existentes na Europa não são muito eficazes". Para a francesa Linda Weil-Curiel, presidente da comissão para a abolição das mutilações sexuais, a resolução do problema não passa por criar uma legislação específica - embora a lei tenha de estar bem presente na mente dos imigrantes -, mas por medidas de prevenção. "Uma lei específica seria, necessariamente, discriminatória, já que seria dirigida à população africana", explicou.

É possível acabar com estas mutilações

Para Anna Karamanou, presidente da comissão dos direitos da mulher e da igualdade de oportunidades do Parlamento Europeu, o combate contra estas mutilações é uma questão de "vontade política". Cabe aos políticos, nomeadamente os europeus,

exercerem pressão, exigindo a tomada de medidas específicas e o respeito pelos direitos humanos aos Estados que são parceiros económicos da União Europeia e que "fecham os olhos" à mutilação genital feminina, considera Anna Karamanou.

"Se os líderes do mundo decidirem acabar com a mutilação genital feminina, isso é possível", garantiu, reconhecendo, no entanto, que este problema não consta da agenda política internacional.

Privilegiando o respeito pelas diferentes culturas, Anna Karamanou salientou, no entanto, que ele só é possível quando aquelas não atentam contra os direitos humanos.

Colette de Troy, membro do Lobby Europeu de Mulheres, explicou que a mutilação "é um fundamento legítimo para pedido de asilo", mas admitiu que as mulheres que fogem dos seus países de origem para escaparem à prática têm enormes dificuldades em provar a "perseguição sexual" de que são alvo.

Por seu lado, a eurodeputada espanhola Elena Valenciano, relatora da resolução do Parlamento Europeu sobre as mutilações genitais femininas, adoptada em Setembro de 2001, criticou a "hipocrisia mundial", que organiza iniciativas em defesa dos direitos humanos e mobiliza as pessoas para campanhas e abaixo-assinados, "mas depois diz que não tem dinheiro para levar os projectos avante".

Unidade na diferença

A abordagem do problema da mutilação genital feminina e os métodos utilizados variam de organização para organização, de país para país. O que não quer dizer que, nas palavras de Bonino, da diversidade não possa sair uma força comum. "Todas as forças políticas estão juntas nesta questão", já que os direitos humanos são "património mundial", sustentou.

A directora da Tamwa, Ananilea Nkya, considera que é a mentalidade dos mais velhos e dos homens, que controlam as sociedades africanas, que tem de ser mudada, para que, em seguida, as mães possam optar por evitar que as filhas sejam submetidas à prática.

Por seu lado, a secretária-geral do Conselho Nacional para a Infância e Maternidade egípcio defende que o cerne da questão está em insistir que estas mutilações violam os direitos fundamentais das crianças, "porque muitas vezes os violadores são os próprios pais". Moushira Khattab reconheceu a importância do apoio internacional, mas considerou que "tudo tem de começar por ser um movimento nacional".

A egípcia Nahid Toubia esteve prestes a abandonar o seu projecto dedicado à mutilação genital feminina, porque "esta luta deprime mais do que dá esperança". Mas a responsável da Rainbo, organização de defesa da integridade corporal das mulheres, mudou de ideias depois da conferência, que classificou como "um momento histórico" e um sinal de que talvez seja possível "ultrapassar as barreiras culturais, sociais e religiosas, para trabalhar em conjunto".

Toubia denunciou a "politização da mutilação genital feminina", lançando um apelo a todas as organizações envolvidas no combate à prática: "Não vale a pena lutarmos pelos fundos, quando eles são tão pequenos..."

Realçando que a mutilação genital "não é uma doença e, como tal, não pode ser erradicada", Toubia considera que a prática está intimamente ligada às relações de poder, fazendo parte de "um conjunto de meios usados por todas as culturas, num tempo ou noutro, para controlar a sexualidade da mulher".

A egípcia criticou ainda a abordagem médica da mutilação e, para realçar os "riscos" que ela acarreta, usou a comparação com o tabaco: "As pessoas sabem que fumar faz mal, mas continuam a fumar."

Banco Mundial admite reduzir dívida dos países que combatam excisão feminina

O Banco Mundial (BM) comprometeu-se a apoiar o combate contra a mutilação genital feminina, realçando que ela acarreta um "custo económico significativo", nomeadamente em termos de orçamento sanitário, para as comunidades onde é praticada e, consequentemente, para os governos nacionais.

A intervenção de Tshiya Subayi, representante do BM para a região de África, não estava prevista, mas acabou por ser crucial, dada a influência da instituição financeira, que admite ainda reduzir a dívida dos países que decidam combater energicamente a excisão feminina.